

## **FEIO, AGENOR BARCELOS**

\*militar; rev. 1930; dep. fed. RJ 1955-1959.

*Agenor Barcelos Feio* nasceu em São Jerônimo (RJ) no dia 9 de abril de 1896, filho de Félix Feio e de Maria Fausta de Barcelos Feio.

Sentou praça na Brigada Militar de Porto Alegre em 1913 e, promovido a segundo-tenente em dezembro de 1917, foi classificado no Grupo de Metralhadoras. Em 1923, por ocasião da revolução gaúcha que pôs em confronto os republicanos liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros, eleito pela quinta vez presidente do Rio Grande do Sul, e os federalistas encabeçados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, atuou na guarnição e defesa de Porto Alegre ao lado do coronel Afonso Emílio Massot, comandante-geral da Brigada Militar. A luta estendeu-se de janeiro a novembro e, com a mediação do ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho, encerrou-se pelo Pacto de Pedras Altas (24/12/1923), que estipulou a manutenção de Borges de Medeiros no governo, mas vedou nova reeleição.

Promovido a primeiro-tenente, integrou o Grupo de Batalhões de Caçadores que combateu, em São Paulo e no Paraná, ao lado das forças governistas, os “tenentes” revoltosos chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes que em julho de 1924 haviam ocupado a capital paulista e em seguida se deslocado para o interior. Em abril de 1925 foi promovido a capitão e assumiu o cargo de secretário da Brigada Militar gaúcha, ainda sob o comando do coronel Emílio Massot. Deixando o cargo em janeiro de 1929, passou ao comando do Corpo de Guardas Cíveis de Porto Alegre, no governo estadual de Getúlio Vargas (1928-1930), e modernizou a corporação.

Em outubro de 1930, ao eclodir a revolução que levaria Getúlio ao poder, comandou o Corpo de Guardas Cíveis no assalto e tomada do quartel da 3ª Região Militar (3ª RM) e do Arsenal de Guerra, em Porto Alegre. Promovido no mesmo mês a major e, dois dias depois, a tenente-coronel comissionado, organizou e comandou o 1º Batalhão de Infantaria da Reserva que seguiu para Itararé (SP), onde havia um reduto de resistência à revolução. Esse reduto, entretanto, depôs as armas logo após a renúncia em 24 de outubro do presidente Washington Luís, evitando-se assim o confronto. De volta ao Rio Grande do Sul, no período que se seguiu foi prefeito de Santana do Livramento.

Comandante do 3º Batalhão Policial Militar em Porto Alegre de janeiro de 1933 a dezembro de 1935, deixou esse posto para assumir o comando do 4º Batalhão Policial Militar, do qual foi destituído em dezembro de 1936 pelo comandante-geral da Brigada Militar, general João de Deus Canabarro Cunha, a pedido do governador José Antônio Flores da Cunha. Também a pedido do governador, solicitou reforma em fevereiro de 1937. Por essa época, os desentendimentos entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas começaram a se agravar. Apoiando o governo federal, Agenor Feio informava o presidente da estratégia seguida pelo governador gaúcho. A crise culminou em outubro de 1937, quando Vargas solicitou a Brigada Militar como força auxiliar do Exército e reincorporou o general Canabarro Cunha às forças federais. A brigada, sob o comando interino de Orestes Carneiro da Fontoura, acatou a ordem presidencial, e Flores, sentindo-se pressionado, renunciou no dia 17 daquele mês, exilando-se no Uruguai. Foi então nomeado interventor federal o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que providenciou o desarmamento da Brigada. Em novembro de 1937 — mês em que Vargas decretou o Estado Novo — o coronel Agenor Feio assumiu o comando da Brigada Militar, empenhando-se em atualizar os regulamentos vigentes, promover reformas e propor a reorganização da Justiça Militar no Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1938 demitiu-se, sendo substituído pelo coronel Ângelo de Melo. Em seu relatório ao governo, criticou a gestão de Flores da Cunha, acusando-o de ter prejudicado a brigada no que se referia ao aparelhamento material, à disciplina e à instrução.

Transferindo-se, em 1942, para o estado do Rio de Janeiro a convite do interventor Ernâni Amaral Peixoto, foi por este nomeado secretário de Justiça e Segurança Pública. Após o desmembramento dessa secretaria, em 1944, nas secretarias de Justiça e de Segurança Pública, teve sua nomeação reiterada para a segunda em outubro de 1945. Entretanto, com a deposição de Getúlio Vargas em 29 desse mês e a nomeação de novo interventor no estado do Rio, foi afastado de suas funções.

Em fevereiro de 1946, foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em março do mesmo ano tomou posse. Eleito deputado estadual em janeiro de 1947 pelo Partido Social Democrático (PSD), do qual foi secretário no estado do Rio de Janeiro, assumiu o mandato em fevereiro seguinte. Em outubro de 1950 reelegeu-se deputado

estadual na mesma legenda, mas não exerceu o mandato na nova legislatura, por ter sido novamente nomeado por Ernâni Amaral Peixoto, eleito governador do estado, secretário de Segurança Pública. Assumiu o cargo em janeiro de 1951 e nele teve que enfrentar o deputado federal Tenório Cavalcanti, da União Democrática Nacional (UDN), opositor de Amaral Peixoto desde que este fora interventor. A luta se acirrou na década de 1950, marcada por vários choques armados e episódios de violência. O mais conhecido deles foi o cerco da polícia, em 1953, à casa fortificada de Tenório, conhecida como “fortaleza”. O deputado da UDN fora responsabilizado pelo assassinato do delegado de polícia de Duque de Caxias (RJ), Albino Martins Imparato, e ameaçado de prisão pelo secretário de Segurança. A invasão da “fortaleza” não chegou a ocorrer porque políticos udenistas fizeram, em seu interior, uma vigília de solidariedade a Tenório, que não foi preso. No inquérito instaurando para esclarecer a morte de Imparato, nada ficou apurado.

Eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em outubro de 1954, na legenda do PSD, Agenor Feio foi nomeado em dezembro do mesmo ano ministro do Tribunal de Contas do estado. Assumiu o mandato de deputado em fevereiro de 1955 e cumpriu-o até o fim da legislatura, em janeiro de 1959. Nesse momento, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi nomeado diretor da Caixa Econômica Federal, cargo que exerceu até 1964.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de dezembro de 1969.

Casou-se com Luísa Soviero Feio.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BORGES, S. *Polícia*; CAGGIANI, I. *Município*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; GURGEL, H. *Governo*; MARIANTE, H. *Crônica*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1, 2 e 3).